

# SOLUÇÃO DE CONFLITOS: MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

*Marco Buzzi*

1

**108 milhões**  
de ações no Judiciário

Placar da Justiça - Associação de Magistrados  
Brasileiros – AMB  
(09/2016)

2

**TAXA ANUAL DE**  
**CONGESTIONAMENTO**

**JUSTIÇA ESTADUAL: 74,8 %**

**JUSTIÇA FEDERAL: 71,6%**

**JUSTIÇA DO TRABALHO: 49 %**

(Dados CNJ)

3

**DIREITO PRESTACIONAL**  
**(J. J. CANOTILHO)**

**EFETIVIDADE??**



4

## **NOVA MENTALIDADE MARCO REGULATÓRIO**

- **Lei 13.140/2015;**
- **NCPC – Lei 13.105/2015;**
- **Res. 125/2010 – CNJ;**
- **Resolução n.º 118/2014 – CNMP;**

5

## **NOVA MENTALIDADE MARCO REGULATÓRIO**

- **Resolução n.º 174/2016 – CSJT;**
- **Emenda ao Regimento do STJ (art. 288-A) – Criação de Centro de Soluções Consensuais de Conflito.**

6

**A RESOLUÇÃO 125/CNJ, O NOVO CPC E  
A LEI DE MEDIAÇÃO SÃO COMPATÍVEIS  
E COMPLEMENTARES, FORMAM UM  
MICROSSISTEMA SOBRE OS  
MEIOS CONSENSUAIS DE  
RESOLUÇÃO DE  
CONFLITOS**

(Ada Pellegrini Grinover)

7

## **MARCO REGULATÓRIO**

Antes: programa institucional

X

Agora: diretriz legal

8

**SERÁ QUE VAI “PEGAR”?**



9

**ALTERNATIVA AO SISTEMA TRADICIONAL  
FUNDAMENTOS:**

**Fundamento social: a pacificação**

As vias conciliativas alcançam a  
pacificação social. Resolução do  
conflito sociológico.

10

**ALTERNATIVA AO SISTEMA TRADICIONAL  
FUNDAMENTOS:**

**Fundamento funcional: o efficientismo**

Melhorar o desempenho da justiça na busca da eficiência da pacificação social.

11

**ALTERNATIVA AO SISTEMA TRADICIONAL  
FUNDAMENTOS:**

**Fundamento político: a participação popular**

1. Mediação comunitária (extrajudicial – art. 7º, §2º, Resolução 125/2010-CNJ)
2. Justiça itinerante (extrajudicial – art. art. 8º, §3º, Resolução 125/2010-CNJ)
3. Nesses projetos ocorre simultaneamente a mediação extrajudicial e judicial.

12

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Art. 3º, §3º, CPC/2015: A conciliação, a mediação [...] deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

13

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Art. 334, CPC/2015. Se a petição inicial preencher os requisitos [...], o juiz **designará** audiência de conciliação ou de mediação (...)

14

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

### Exceções à obrigatoriedade:

- Ambas as partes manifestarem oposição;
- O autor indicar o seu desinteresse, na petição inicial;
- O réu rejeitar, com 10 dias de antecedência da audiência.

**(Art. 334, 4º e §5º, NCPC)**

15

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

### Exceções à obrigatoriedade:

- Autocomposição não for permitida.

**(Art. 334, §4º, NCPC)**

(...)

16

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

### ❖ Não comparecimento injustificado:

- Ato atentatório à justiça;
- **Multa de 2%** da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

(Art. 334, §8º, Lei n.º 13.105/2015 - NCPC)

17

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

- O art. 334 do NCPC (audiência de conciliação ou mediação) é uma norma cogente;
- Direito processual de interesse público.
- Convenção Processual (art. 190, CPC/15)

18



## Juízes ignoram fase de conciliação e descumprem novo código

Novo Código de Processo Civil obriga juiz a marcar audiência de acordo. Magistrados alegam **falta de estrutura** e até **morosidade** para pular etapa.

(15/08/2016, G1-Globo)

19

## OFENSA À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

?

20

**“A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.**

(Art. 5º, LXXVIII, CF)

21

**“As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.**

(Art. 4º, CPC/2015)

22

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

- Ação judicial dura, em média, **10 anos**.
- Autocomposição é obtida, em média, em **6 meses**;
- Ou seja: cada **uma** conciliação/mediação com acordo justifica **20** procedimentos sem acordo.

23

## OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

### Insignificância do número de acordos?

- **50%-70%** das demandas submetidas à autocomposição resultam em acordos; (...)
- Dados da Semana Nacional de Conciliação – CNJ.

24



## 2006

**Audiências designadas: 112.112**  
**Audiências realizadas: 83.987**  
**Acordos obtidos: 46.493**  
**Percentual de sucesso: 55,36%**  
*(Dia Nacional da Conciliação)*

25



## 2015

**Audiências designadas: 430.986**  
**Audiências realizadas: 354.056**  
**Acordos obtidos: 214.036**  
**Percentual de sucesso: 60,45%**  
**Valores homologados:**  
**R\$ 1.645.705.859,33**

26



**2016**

**Audiências designadas: 355.188**

**Audiências realizadas: 444.246**

**Acordos obtidos: 130.022**

**Percentual de sucesso: 29,27%**

**Valores homologados:**

**R\$ 1.272.993.341,86**

27

## **COMPARAÇÃO DE PRODUTIVIDADE DE UM CEJUSC**



Fonte: MovJud TJSP  
Justiça Aberta

28

## COMPARAÇÃO DE PRODUTIVIDADE DE UM CEJUSC



Fonte: MovJud TJSP  
Justiça Aberta

29

**Acentuada**  
**queda da distribuição**  
**nas comarcas em que foram**  
**implementados os CEJUSC.**

30

## **SÃO PAULO:**

**Araraquara: - 35,04%**

**S.B. do Campo: - 44,89%**

**Bauru: - 52,86%**

31

## **Acentuado**

**aumento da distribuição**  
**nas comarcas em que não**  
**foram implementados**

32

## SÃO PAULO:

**Ubatuba: + 27,13%**

**Pereira Barreto: + 63,29%**

**Porto Ferreira: + 75,61%**

33

## CEJUSCS DE SÃO PAULO ALCANÇAM **67% DE ACORDOS NA FASE PRÉ- PROCESSUAL**

Em 2015, na fase pré-processual, foram realizadas 122.287 sessões de tentativas de conciliação, com 82.140 acordos, o equivalente a 67% de sucesso. (...)

(CNJ – 18.02.2016)

34

## MAIS DE 270 MIL PROCESSOS DEIXARAM DE ENTRAR NA JUSTIÇA EM 2015

Os CEJUSCS evitaram, somente em 2015, a entrada de pelo menos **270 mil processos** no Judiciário brasileiro. Os números referem-se a **8 estados e não contabilizam** as audiências que ocorrem nas **Semanas Nacionais de Conciliação**.

(CNJ – 07.03.2016)

35

# FALTA DE ESTRUTURA

?

36

## RECURSOS/ESTRUTURAS

### Falta de estrutura?

- Mediadores judiciais cadastrados em todo o território nacional.

(<http://www.cnj.jus.br/ccmj/pages/publico/consulta.jsf>)

37

## RECURSOS/ESTRUTURAS

### Falta de estrutura?

- NUPEMEC em todos os Tribunais;
- CEJUSCs em todas as Comarcas;  
(Art. 165, CPC/2015);
- Audiências fora dos prédios do Judiciário;
- Mediação Virtual/Digital;
- Mediação/Conciliação comunitária/itinerante;

(...)

38

## RECURSOS/ESTRUTURAS

ESTRUTURA



VONTADE POLÍTICA

39

## RECURSOS/ESTRUTURAS

### CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS

- Graduação em curso superior (2 anos para mediadores)
- Curso de capacitação, conforme os parâmetros do CNJ/ Ministério da Justiça, reconhecido pela ENFAM e pelos Tribunais.

40

## **RECURSOS/ESTRUTURAS**

### **O CADASTRO NACIONAL DE MEDIADORES E CONCILIADORES**

As câmaras privadas, os conciliadores e mediadores, atendidos os requisitos legais (graduação/course de capacitação) poderão ser cadastrados junto aos Tribunais (art. 167, §1º, CPC/2015).

41

## **RECURSOS/ESTRUTURAS**

### **PARCERIA ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E O SETOR PRIVADO**

42

## RECURSOS/ESTRUTURAS POLÍTICA INSTITUCIONAL

Os Tribunais e o CNJ podem firmar parcerias com entidades públicas e privadas para dar acesso a todos aos métodos de solução de conflitos por meios adequados.

(art. 3º e 5º, Res. 125/2010-CNJ)

43

## POLÍTICA INSTITUCIONAL

Quem pode ser um parceiro?

- Universidades;
- Grandes litigantes;
- Câmaras privadas e órgãos representantes;
- Sindicatos, federações e confederações;

44

## POLÍTICA INSTITUCIONAL

Quem pode ser um parceiro?

- Órgãos de proteção, regulamentação e fiscalização;
- **OAB** e Conselhos de classe profissional;
- Ministério Público, Procuradorias e Defensorias.

45

## INICIATIVAS

### Convênio TJDFT – Procon/DF

Convênio entre o TJDFT, o Procon/DF e o Instituto de Defesa do Consumidor para capacitação de colaboradores do Procon/DF para realização de sessões pré-processuais de conciliação/mediação.

46

## INICIATIVAS

### **Casas da Cidadania – TJSC (Res. n.º 2/2001)**

Parcerias com órgãos engajados ao projeto – Prefeituras, MP, OAB, entidades de ensino, comunidade, entidades privadas – para instalação e funcionamento de serviços que aproximem o cidadão da justiça, tendo a conciliação e a mediação como procedimento adequado para resolver conflitos.

47

## INICIATIVAS

### **Sistema de Mediação Familiar – TJSC e Faculdades**

Programa direcionado ao atendimento de conflitos familiares por meio da mediação. Disponível em Fóruns de Justiça, Casas da Cidadania e Universidades parceiras. (Ex.: Chapecó/UNOESC, Lages/Uniplac, Palhoça/Unisul)

48

## INICIATIVAS

### **Empresa Amiga da Justiça - TJSP**

Em 20/5/2015, a TAM tornou-se a primeira empresa a aderir à iniciativa, comprometendo-se a reduzir, em 12 meses, 10% dos processos distribuídos e 20% dos processos em trâmite em que é parte, utilizando a conciliação como meio de solução.

49

## ARBITRAGEM

Consiste em técnica para a solução de controvérsias por meio da intervenção de terceiro(s), que recebe(m) poderes de convenção privada, decidindo com base nela.

Apesar de ser adversarial, é meio alternativo de solução de conflitos.

50

## ARBITRAGEM

➔ Lei nº. 9.307/96 – Lei de Arbitragem

➔ Lei nº. 13.129/15 – Altera e complementa a Lei de Arbitragem

51

## ARBITRAGEM

➔ **Sentença arbitral tem força de sentença judicial**

(art. 515, VII, CPC/15 e art. 31 da Lei de Arbitragem)

52

## ARBITRAGEM

A nova lei, 13.129/15, revogou o § 4º do art. 22 da Lei 9.307/96, que dispunha que o árbitro poderia solicitar ao órgão do Poder Judiciário medidas coercitivas ou cautelares.

53

## ARBITRAGEM

Assim, tem-se que o árbitro pode deferir a medida pretendida, expedindo inclusive carta arbitral para que o órgão jurisdicional pratique ou determine o cumprimento.

54

## **CONCLUSÃO**

### **MUDANÇA DE MENTALIDADE**

55

## **MUDANÇA DE MENTALIDADE**

### **NÃO HÁ NOVIDADE**

#### **NO OCIDENTE:**

- Roma (Deusa Concórdia)

#### **NO ORIENTE:**

- Mongóis (Kurultai)

56

## **MUDANÇA DE MENTALIDADE**

### **NÃO HÁ NOVIDADE:**

- **Constituição de 1824 (Art. 161);**
- **Avindores – Consertadores;**
- **Juiz de Paz.**

57

## **NOVA MENTALIDADE**

- **Res. 125/2010 – CNJ;**
- **Lei n.º 13.140/2015;**
- **NCPC – Lei 13.105/2015;**

58

## **NOVA MENTALIDADE**

- **Lei 13.140/2015 , arts. 32 - 40:  
autocomposição com a  
Administração Pública;**
- **Resolução n.º 118/2014 – CNMP;**

59

## **NOVA MENTALIDADE**

- **Resolução n.º 174/2016 – CSJT;**
- **Emenda ao Regimento do STJ (art. 288-  
A) – Criação de Centro de Soluções  
Consensuais de Conflito.**

60

## **NOVA MENTALIDADE**

**Portaria CCSCC/STJ 002 de 16 de  
fevereiro de 2017 –**

Designa membros para compor grupo de  
trabalho elaborador da proposta de  
funcionamento do Centro de Soluções  
Consensuais de Conflitos do STJ

61

**FIM**

62